

Ata da Reunião do Conselho

A T A N ° 104/2002/CET - 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA

No dia 25 de julho de 2002, com início às 16:00 horas, na sede da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, na Rua da Glória nº 205, 8º andar, com a presença dos Conselheiros Titulares Newton Sérgio Ribeiro Grein, José Carlos Pinhatti, Marli Aparecida Jacober Pasqualin, Edson José Augusto, Paulo Tupinambá Santos Bastos, Pedro de Paula Filho, Sinval Zaidan Lobato Machado e dos Conselheiros Suplentes Jackson Pitombo Cavalcante Filho, Feliciano Moreira, José Carlos Trizotti, Alberto G. dos Santos, Ademir Mueller, Ronei Volpi e Roberto Teixeira de Freitas, contando também com a presença de Rosi Mari Pereira Gurgacz, da SERT/ER de Cascavel, Lissandro Saroli Vern, do Conselho Municipal do Trabalho de Cascavel, Izabel Dietrich de Vergara, da SERT/Agência do Trabalhador de Cascavel, Regina Gubert, da SERT/CIM, Brasília Maria de Souza Pinto, da SERT/CESINE, Anadalvo J. dos Santos e Denys Dozsa, da UFPR/Proec/CAC, Nircélio Zabot, da SERT/CFP, Luiz Alberto Scotti, da SERT/CSD, Jane Salgado Cattani, da SERT/Gabinete e Sérgio da S. Schlichta, da SERT/CGE reuniu-se o CET em sua 86ª Reunião Ordinária para deliberar sobre os seguintes assuntos de pauta: 1) Aprovação das Atas nº 102 e 103/2002; 2) Informes do Secretário do Emprego e Relações do Trabalho; 3) Relato da reunião do dia 27 de junho de 2002; 4) Apresentação do Conselho Municipal do Trabalho de Cascavel; 5) Apresentação do Relatório de Desempenho do SINE/PR no 1º semestre/2002; 6) Providências a serem tomadas quanto à renovação dos membros do Conselho conforme as normas vigentes; 7) Posicionamento do CET quanto à demora na liberação dos recursos do PLANFOR; 8) Apresentação do Relatório de Posse dos Presidentes dos CMTs; 9) Assuntos Gerais.

Abertura: O Conselheiro JOSÉ CARLOS TRIZOTTI, representando o Presidente em exercício, Clementino Tomaz Vieira, abriu a reunião saudando os presentes e agradeceu a presença de todos os convidados. Cumprimentou Newton Sérgio Ribeiro Grein pela nomeação para o cargo de Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho.

Item 01 – Aprovação das Atas nºs 102 e 103/2002- CET

JOSÉ CARLOS TRIZOTTI colocou em discussão a aprovação das Atas nºs 102 e 103/02-CET, referentes à 85ª Reunião Ordinária, do dia 23 de maio de 2002 e à 18ª Reunião Extraordinária realizada dia 13 de junho de 2002, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Item 02 - Informes do Secretário do Emprego e Relações do Trabalho

NEWTON SÉRGIO RIBEIRO GREIN relatou que a Coordenadoria de Intermediação de Mão-de-Obra, no mês de junho/2002, colocou 10.082 trabalhadores no mercado de trabalho por intermédio das Agências do Trabalhador. No primeiro semestre deste ano, o número de vagas ofertadas pelas empresas cadastradas no sistema alcançou 99.658, sendo 6% maior que o mesmo período do ano passado e superior ao total de ofertas registradas em todo o ano de 1998. O número de trabalhadores colocados no semestre foi de 64.960, apresentando crescimento de 13% em relação ao mesmo período de 2001. Sobre a Coordenadoria de Formação Profissional, informou que foram enviadas correspondências solicitando liberação de recursos para 2002 objetivando contratação dos quarenta e cinco planos de Trabalho aprovados, os quais totalizam os recursos do Termo Aditivo nº 004/02. Salientou que continuam contingenciados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento os recursos do PLANFOR/2002, não permitindo a contratação dos Planos aprovados. Relativamente à Coordenadoria do Seguro-Desemprego, disse que foi anexado à pasta dos Conselheiros informativo a respeito da avaliação do atendimento do Seguro-Desemprego no período de junho de 2001 a maio de 2002. Quanto à Coordenadoria de Geração de Emprego e Renda, foi anexada planilha com os resultados do Banco Social. Comentou sobre a reunião da qual

participou, com a FETAEP, que versou sobre "O Grito da Terra". Para esclarecer, leu texto de autoria do Dr. Pretextato Pennafort Taborda Ribas Netto: "Posse é um direito real que, cumpridas algumas condições objetivas, pode ser aceita como embasadora para empréstimos agrícolas sociais como o PRONAF e PRONAFINHO. Tendo em vista a natureza do mutuário, no caso agricultor familiar, a exigência de título de domínio do imóvel em nada acresce a garantia do empréstimo pois o art. 5º, inciso XXVI da Constituição Federal diz: "a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar seu desenvolvimento". Logo, o que importa para habilitar um agricultor familiar ao empréstimo com juros baixos do PRONAF e PRONAFINHO é que o mesmo possa demonstrar posse ou domínio de um pedaço de terra onde, com sua família, exerça agricultura habitual. Para evitar que o reconhecimento da posse como direito real habilitador resulte em situações de fraude, seria conveniente exigir: a) declaração do Sindicato de Trabalhadores Rurais de que o pequeno agricultor familiar tem a posse de área utilizada para cultivo agrícola habitual há mais de cinco anos; b) fotografia das benfeitorias existentes na propriedade; c) documentos que mostrem comercialização de produtos agrícolas ou, no mínimo, declaração de comerciante registrado na Junta Comercial de que o posseiro é seu fornecedor de determinado produto agrícola; d) sem que a ausência resulte em exclusão, a posse antiga poderá ser reafirmada através de: I – prova de que é usuário de serviços públicos como luz, água e telefone, no imóvel possuído; II – prova do pagamento de imposto sobre o imóvel; III – qualquer outro documento que reforce sua alegação de posse antiga." Para finalizar, disse que o CET precisa analisar a questão para que se possa encaminhar o assunto ao CODEFAT, visando dar atendimento ao proprietário rural.

Item 03 – Relato da Reunião do dia 27 de junho de 2002.

JOSÉ CARLOS TRIZOTTI disse que não houve quorum para a realização da última reunião do CET, dia 27 de junho de 2002. No entanto, em respeito aos convidados presentes, representantes dos CMTs de Sengés e de Fazenda Rio Grande, dos Chefes dos Escritórios Regionais de Ponta Grossa e Curitiba e dos visitantes do Ministério do Trabalho e Emprego e do Sistema Público de Emprego do Estado do Ceará, foi realizada reunião informal, da qual resultou um Relatório que foi anexado à pasta dos Conselheiros.

Item 04 – Apresentação do Conselho Municipal do Trabalho de Cascavel

ROSI MARI PEREIRA GURGACZ agradeceu o convite para participar da reunião do CET e comentou que encontra-se há pouco tempo na Chefia do Escritório Regional de Cascavel e vem tomando contato com os assuntos técnicos. Disse, também, que a Agência do Trabalhador de Cascavel vem recebendo muitos elogios pelo bom trabalho desempenhado, porém, o E.R., em consequência de problemas de período anterior, vem encontrando dificuldades, mas acredita que trabalhando corretamente, com muita disposição, logo alcançarão bom desempenho.

LISSANDRO SAROLI VERN, Presidente do Conselho Municipal do Trabalho de Cascavel, relatou que, tendo em vista a estreita vinculação entre E.R. e CMT e, também, como repercussão dos problemas enfrentados pela administração anterior do E.R., está encontrando dificuldades, as quais, aos poucos, vêm sendo sanadas. Agradeceu o convite do CET.

IZABEL DIETRICH DE VERGARA, Gerente da Agência do Trabalhador de Cascavel, cumprimentou os presentes e disse que no período de janeiro a abril de 2002, sua Agência superou em 80% a meta estabelecida. Nos meses de maio e junho, o número de colocados diminuiu em função da redução de exportação de frango e da produção de outras empresas. Também, mencionou que a prefeitura Municipal de Cascavel está colaborando na manutenção e funcionamento da Agência, em especial, na qualificação profissional. Está sendo inaugurada no município a Escola de Formação Profissional que, no mês de abril, formou cinqüenta costureiras e, em julho, mais cinqüenta.

PEDRO DE PAULA FILHO disse que, por ocasião da posse do CMT esteve em Cascavel e tomou conhecimento do bom desempenho da Agência do Trabalhador e, também, da participação positiva da Prefeitura Municipal nas políticas públicas de trabalho e renda, em especial, na qualificação profissional. Ressaltou a importância da troca de experiências entre os municípios, diretamente entre si ou através do CET. Lembrou que as dificuldades apontadas pelos representantes de Cascavel podem ser superadas, bem como, colocou o CET à inteira disposição dos mesmos; nas questões relacionadas à Seguro-Desemprego, Formação Profissional ou Geração de Emprego e Renda, as Coordenadorias da SERT podem dar todo apoio que se fizer necessário. Quanto ao Programa de Pessoas com Deficiências-PPD, disse que já foi incluída em Resoluções a recomendação de inserção de pessoas com deficiências e, no futuro, tal recomendação será colocada como obrigatoriedade.

JOSÉ CARLOS TRIZOTTI agradeceu a presença dos representantes de Cascavel e convidou-os para permanecerem à mesa até o encerramento da reunião.

Item 05 – Apresentação do Relatório de Desempenho do SINE/PR no 1º semestre/2002

WALTER GONÇALVES apresentou o Relatório de Desempenho do SINE/PR relativo ao Convênio MTE/DES/CODEFAT Nº 021/2002 – SINE/PR, que demonstrou o cumprimento de todas as metas físicas e financeiras contidas no Plano de Trabalho. Salientou que uma cópia do mesmo constava na pasta de todos os Conselheiros e recomendou sua leitura. Ao final, colocou-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizessem necessários.

Item 06 – Providências a serem tomadas quanto à renovação dos membros do CET conforme as normas vigentes

WALTER GONÇALVES comentou que o mandato dos Conselheiros, na forma da legislação em vigor, expira em 06 de agosto próximo, sendo necessário, portanto, que os dirigentes das entidades que compõem o CET encaminhem indicações de representantes para Titular e Suplente. Disse que a SERT encaminhará expediente com tal solicitação às referidas entidades.

Item 07 – Posicionamento do CET quanto à demora na liberação dos recursos do PLANFOR

NEWTON SÉRGIO RIBEIRO GREIN expôs que participou de reunião do FONSET em Brasília e de audiência com o Ministro do Trabalho, quando foi informado de que os recursos estão contingenciados pelo Tesouro Nacional em 76%. O Ministro solicitou que cada Estado mobilizasse seu Governador e no Paraná, imediatamente, com dados sobre a qualificação profissional, o Governador Jaime Lerner falou com o Presidente, que manifestou surpresa pela relevância do PLANFOR no Paraná. Posteriormente, o Ministro Euclides Scalco informou que tais recursos serão liberados em pequenas parcelas. Disse que, diante desses fatos, evidencia-se a necessidade de que os Estados e Municípios assumam parte da qualificação profissional, mediante inclusão de recursos em seus orçamentos visando atender as necessidades locais.

PEDRO DE PAULA FILHO manifestou-se pela necessidade de contrapartida, pois a participação financeira do município, por menor que seja, é necessária; também o Estado precisa colaborar com sua quota. A apresentação exclusiva de despesas de custeio para contrapartida aos convênios do MTE precisa ser ampliada para investimentos nos programas. Disse que é preciso que o CET incentive a adoção dessa medida.

JOSÉ CARLOS TRIZOTTI disse que são recursos de um fundo e que não poderiam estar contingenciados, pois nada justifica a não liberação que está prejudicando o trabalhador. Manifestou-se sobre a necessidade de o CET tomar uma posição, considerando que a demora obrigará as executoras a novo posicionamento quanto à possibilidade de execução em período exíguo. O CET pode articular os CMTs, as Agências do Trabalhador e os Escritórios Regionais, movimentando sua estrutura tripartite. É injustificável a posição do Governo Federal quanto ao assunto.

NEWTON SÉRGIO RIBEIRO GREIN considerou que a programação do

PLANFOR/2001 foi toda executada e que apenas com recursos do Estado não será possível a execução do PLANFOR/2002 e sugeriu que o CET envie correspondência solicitando o descontingenciamento em função da execução do PLANFOR/2001 e, diante das dificuldades, peçam que o fluxo do desembolso seja em parcelas mensais. Disse, ainda, que sugeriu ao Ministro do Trabalho dar prioridade de liberação para recursos do Serviço Civil Voluntário.

FELICIANO MOREIRA disse que o Paraná reúne todas as condições para receber os recursos do FAT e não cabe ao CET pedir parcelamento. Cabe, sim, ao MTE propor o tipo de desembolso.

RONEI VOLPI sugeriu que a SERT formalize a solicitação da maneira indicada pelo MTE e, em paralelo, o CET, junto com os demais Estados da Federação, reivindique a liberação total dos recursos.

JOSÉ CARLOS TRIZOTTI manifestou-se de acordo com a proposta.

WALTER GONÇALVES propôs o encaminhamento de expediente do Presidente do CET aos presidentes dos CMTs. Disse que, se necessário, providenciará elaboração de texto alertando sobre a importância da questão e com a sugestão para encaminhamento ao Ministro do Trabalho.

ADEMIR MUELLER recomendou que nos expedientes dos CMTs ao Ministério conste, se possível, a assinatura de todos os Conselheiros.

JOSÉ CARLOS TRIZOTTI pediu a Pedro de Paula Filho e Feliciano Moreira para contatarem os CETs dos demais Estados.

PEDRO DE PAULA FILHO lembrou de contatar os Secretários Executivos, os quais são Coordenadores do SINE e sugeriu que a Coordenadoria do SINE/PR faça os contatos.

WALTER GONÇALVES disse que é possível a Coordenadoria do SINE/PR fazer tal contato, porém, uma ação não impede a outra.

Item 08 – Apresentação do Relatório de Posse dos Presidentes dos CMTs

JOSÉ CARLOS TRIZOTTI solicitou à técnica da Coordenadoria Estadual do SINE, Alzimara Cabreira Fraga Bacellar, que fizesse breve relato sobre o tema.

ALZIMARA CABREIRA FRAGA BACELLAR disse que, para cumprimento de assunto deliberado em Reunião do CET de 31/01/2002, participou de comissão de acompanhamento às cerimônias de posse dos Presidentes dos Conselhos Municipais do Trabalho, realizadas por Regional, durante os meses de abril e maio de 2002, sendo que somente as Regionais de Paranavaí, Cianorte e Foz do Iguaçu ficaram para próxima oportunidade. Na última reunião do CET foi distribuído aos Conselheiros um relatório sucinto onde consta que 97% dos municípios de nosso Estado possuem CMTs. Informou, ainda, que os Secretários Executivos dos CMTs estão sendo treinados visando o fortalecimento desse papel.

Item 09 – Assuntos Gerais

JOSÉ CARLOS TRIZOTTI disse que foi realizada reunião da Comissão de Acompanhamento do Plano de Qualificação Profissional – CAPLANFOR/CET e há necessidade de submeter ao CET a resolução que aprova os cursos de associativismo e cooperativismo pela UFPR, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado. Foi aprovada por unanimidade a Resolução nº 176/02-CET.

FELICIANO MOREIRA indagou sobre os motivos pelos quais o projeto proposto pela SDS não foi avaliado pela Comissão de Qualificação Profissional. Solicitou que seja agendada reunião para discussão do assunto.

JOSÉ CARLOS TRIZOTTI disse que, com a próxima alteração na composição do CET, alguns Conselheiros deixarão de integrar o CET, como o Conselheiro Edson José Augusto, que muito tem colaborado. Assim, sugeriu a elaboração de um "certificado" pela participação. Sugeriu, também, uma reunião comemorativa.

EDSON JOSÉ AUGUSTO disse que integra o CET desde março de 1995 e considera que foi um período de muito aprendizado e agradeceu a todos pela amizade e companheirismo.

NEWTON SÉRGIO RIBEIRO GREIN lembrou a todos que a próxima reunião do CET será realizada na nova sede da SERT, na rua Pedro Ivo.

JOSÉ CARLOS TRIZOTTI agradeceu a presença e a colaboração de todos os

Conselheiros e Visitantes, encerrando a reunião da qual, para constar o registro, eu, Walter Gonçalves, Secretário Executivo do CET, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim. Curitiba, 25 de julho de 2002. _____.

SÍNTESE DE ENCAMINHAMENTOS/PENDÊNCIAS ORIUNDOS DA PRESENTE ATA:

Assunto Encaminhamento Data/prazo Responsável

Renovação de Mandato do CET Ofício da SERT às Entidades que compõem o CET Imediato Walter

Composição do CET Elaboração de certificado aos Conselheiros que deixarem de integrar o CET. Próxima reunião Walter